

DIALOGANDO COM GOFFMAN: contribuições e limites sobre a deficiência

A DIALOGUE WITH GOFFMAN: contributions and limits to disability

Gustavo Martins Piccolo¹

Enicéia Gonçalves Mendes²

Resumo

Objetivamos com este texto, mediante processo de revisão literária, apresentar as contribuições e limites dos textos de Goffman para um repensar sobre a deficiência a partir de outros lineamentos que não os médicos e biológicos. Para tanto, destacamos, em um primeiro momento, os cortes distintivos característicos do pensar interacionista e a importância que o mesmo tece à temática do desvio. Após esta tarefa, nos debruçamos sobre uma análise crítica dos conceitos de estigma e instituições totais, cujo ineditismo e relação ao campo da Educação Especial seduziram sobremaneira estes pesquisadores. Por fim, demarcamos a necessidade de um novo pensar sobre a deficiência como forma de luta contra as práticas de rotulação, discriminação e opressão que tanto têm marcado a socialidade capitalista contemporânea, avessa a quaisquer diferenças que não resultem no acúmulo do lucro e da mais valia.

Palavras Chave: Estigma; Interacionismo; Deficiência.

Abstract

The purpose of this text, by means of a literature review, is to present the contributions and limitations of Goffman's writings in order to reflect about disability from other guidelines apart from the medical and biological point of view. To do so, at first we highlight the distinctive characteristics of the interactionist way of thinking and the importance that it weaves the theme of the deviance. After this task, we concentrate on a critical analysis of the concepts of stigma and total institutions, whose novelty and relation to the field of Special Education has greatly influenced these researchers. Finally, we established the need for a new

¹ Doutor em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos- UFSCar e professor efetivo da rede estadual de Educação. Endereço: Alameda Estevo, n.436, centro, Gavião Peixoto-SP, CEP: 14813000. Email: gupiccolo@yahoo.com.br

² Pós-Doutorado SORBONNE- UNIVERSITE PARIS V- RENE DESCARTES; Doutora em Psicologia pela USP e professora adjunta da UFSCar. Email: egmendes@ufscar.br

Artigo recebido em 16-02- 2012; aprovado em 25-06- 2012

thinking about disability as a way to combat the practice of labeling, discrimination and oppression that have characterized the contemporary capitalist sociality, against any differences that do not result in the accumulation of profit and gain.

Keywords: Stigma; Interactionism; Disability.

Introdução

Escusado destacar que a deficiência tem sido, nos últimos decênios, escrutinada por diversas lentes analíticas. Tenta-se de todas as formas pensá-la para além de lineamentos derivados da medicina e da biologia, intuindo ressignificar o fenômeno como categoria socialmente produzida e assim edificar novas políticas e distintas relações dialógicas que favoreçam a efetiva inclusão de todos à materialidade que nos cerca. Em terras brasileiras, os que mais sucesso conseguiram em tal empreitada foram Ligia Amaral e Sadao Omote, cujos textos materializam um inequívoco e expressivo diálogo com Goffman, célebre interacionista vinculado à Escola de Chicago, campo intelectual que tem no estudo do desvio um de seus temas diletos.

A intensa utilização da literatura de Goffman como aporte à constituição de uma explicação não biológica da deficiência traduz uma inevitável necessidade de nos debruçarmos em seus textos e no referencial teórico ao qual se vinculava. Quais as características principais e as marcas da literatura interacionista? Em que Goffman permite um pensar social sobre a deficiência? Quais as limitações para a materialidade de tal intento? Tais questionamentos carecem de esclarecimentos em boa parte dos textos produzidos na Educação Especial, campo que, muitas vezes, pecou por se apropriar na integralidade de Goffman sem sopesar o caráter contraditório de muitos de seus apontamentos. Este é o contributo que objetivamos prestar com este texto, a citar, a historicização de seu pensamento e as íntimas relações do mesmo com a categoria deficiência.

Notas sobre a Escola de Chicago e o interacionismo

Vista como uma vertente ligada à sociologia norte-americana, a Escola de Chicago tem como traço distintivo a ênfase metodológica na pesquisa empírica e o debruçar minucioso sobre os fenômenos cotidianos, tendo no espaço urbano seu campo de pesquisa preferencial, ainda que os fundadores da escola como Park e Thomas, de acordo com Velho (2008), se interessassem tanto pela sociedade moderno-contemporânea como pelas sociedades tribais e tradicionais.

Teoricamente, esteve diretamente influenciada pelo pragmatismo de William James, George Herbert Mead e Charles Pierce, assim como pela sociologia formal de Georg Simmel. Do pragmatismo adota a ideia de que o significado racional de uma expressão apenas pode ser compreendido mediante a análise de seus efeitos sensíveis sobre a própria vida do indivíduo, assim, relaciona-se toda forma de saber a uma experiência concreta, marca do profundo empirismo e relativismo característico dos chicaguenses. Já de Simmel, se apropria da noção do empiricamente observável e da imperiosidade em se analisar fundamentalmente as situações da vida cotidiana para apenas a partir daí se pensar na dinâmica do social, traço este que estabelecia uma distinção analítica se comparada às vertentes sociológicas clássicas de Marx, Weber e Durkheim.

Mesclando fundamentos do pragmatismo e da literatura de Simmel, a Escola de Chicago edificará sua ossatura cognoscitiva em torno do conceito de *definição de situação*, cujo teor ressalta que qualquer ação socialmente tomada é precedida por certa definição que traça uma linha diretiva a ser escolhida dentre inúmeras possibilidades, conceito este que dá origem à mais famosa assertiva deste *corpus* teórico, isto é, se as pessoas definem uma situação como real, ela será real em suas consequências, verdadeira pedra angular do saber interacionista.

Ao saber interacionista pouca importa definir a natureza, essência ou mesmo a existência de determinado fenômeno. Real ou irreal adquire caracteres secundários no aludido esteio teórico se comparado à definição atribuída a um *factus* social, posto este produzir consequências sumamente distintas nas interações objetivadas entre sujeito e meio. Como exemplo clássico de tal definição, Becker (1963) ressalta que se o Tribunal do Santo Ofício define que uma mulher é bruxa ou cometeu atos de bruxaria pouco importa se ela seja de fato bruxa ou tenha cometido tais práticas, aliás, pouco importa se existe ou não bruxaria. Foi definida como tal e suas consequências produzem interações sociais, moldando ativamente a psique.

Destarte, o elemento cardeal do interacionismo é a análise da ação social como referente às interações entre os mais diversos sujeitos, vistos não como mônadas isoladas, mas, sim, indivíduos ativos que atuam mediante redes e grupos sociais. Todavia, aos interacionistas interessa fundamentalmente os contatos repetitivos expressos dia após dia, enfim, as interações que podemos nominar de usuais, mas não qualquer espécie das mesmas, e, sim, aquelas que portam alguma desconformidade às regras e aos padrões estéticos,

culturais e corpóreos apreciados. Importa o desvio e a ênfase em se estudá-lo sociologicamente.

A categoria desvio acomoda uma grande diversidade conceitual, contudo, no entender de Faugeron (apud LIMA, 2001, p.189), um elemento comum une as teorias que versam sobre o mesmo, qual seja: o fato de que “o desvio – por mais diverso que seja, e ele o é extremamente – é sempre e essencialmente uma diferença”. Todo fenômeno de desvio é definido pelo sinal da diferença e o desviante como dessemelhante ao conjunto de saberes e padrões demarcados como hegemônicos.

Partindo da concepção de que o desvio materializa uma definição social, os interacionistas passam a se preocupar com sua criação simbólico-material, com a forma pela qual certos rótulos são empregues sobre grupos sociais específicos, além de analisar possíveis consequências na constituição da personalidade provocada pela prática da rotulação pejorativa, portanto, rompe-se com o modo de investigação funcionalista, na medida em que o desvio não é simplesmente o fato objetivo de não se conformar com as normas, mas a consequência de um rótulo colado nas costas do desviante, logo transformado em estigma.

Goffman e o estigma

Classificada como microsociologia, não sem certo desdém, a obra de Goffman não gozou de estatuto acadêmico que a transformasse em uma referência fundamental ao campo, assim, apesar do termo destacar um corpo de estudos que foca as minúcias do cotidiano no processo explicativo de marginalização social, o vocábulo *micro* inegavelmente nos leva a pensar em algo pequeno, particular, de menor importância e, em geral, coisas ou elementos menores são considerados menos importantes do que os maiores.

Partindo de um referencial ancorado claramente em Mead, Goffman advoga a universalidade dos símbolos, posto que nada dito ou manifesto deva ser encarado como absolutamente particular. O homem é visto como produto da linguagem e de suas relações, na medida em que as expressões dos indivíduos por meio de tais universais são orgânicas quanto à constituição psíquica dos próprios sujeitos. Mais do que mera função comunicativa, a linguagem é vista como o principal mecanismo pelo qual se desenvolve a humanidade do humano.

Essa relação é percebida claramente em Goffman (1985, 1992), quando o mesmo foca suas forças analíticas na luta contra o processo de estigmatização experimentado por aqueles

rotulados como desviantes. A luta que retrata não é pela transformação material da sociedade, mas, sim, pela ressignificação da prática dialógica.

Além da ênfase no simbólico como protoforma da constituição humana, Goffman (1980, 1985) tece considerações sobre a complexa dialética existente na relação eu e outro. Para ele, assim como em Mead, o reconhecimento de si próprio carece do reconhecimento do outro, ou seja, o reconhecimento de si nos outros e dos outros em si mesmo. Tal interpretação pode ser encontrada no “Estigma” e, fundamentalmente em “A representação do eu na vida cotidiana”, obra na qual Goffman sopesa interpretativamente as múltiplas representações que o indivíduo apresenta de si mesmo, assim como os meios mediante os quais controla a impressão que formam a seu respeito e o que podem ou não fazer diante do outro, da diferença em estado de alteridade. Nesse contexto, o foco de análise inegavelmente se encontra dirigido para os contatos face a face, cuja tese central carrega implicitamente a ideia de que as pessoas, por intermédio de suas interações, teatralizam as relações experimentadas no cotidiano.

O conceito de equipe utilizado por Goffman ao investigar competições esportivas na qual cada jogador deve ser capaz de visualizar a si mesmo a partir da perspectiva dos vários outros e embasar sua conduta em função destas relações é uma clara mostra de teatralização da vida pela qual determinado sujeito adquire a capacidade de se apropriar ativamente das normas e valores expressos socialmente.

Colocados estes elementos, torna-se notório que a informação, e, por conseguinte, o signo/símbolo por ela veiculado é eminentemente reflexivo, constituída em um complexo processo de negociação social e transmitida por intermédio de uma série de expressões corporais. Citada informação pode estabelecer relações de prestígio, honra ou descrédito, os quais confirmam certo *status* social. Símbolos de prestígio estão em contraposição aos símbolos de descrédito ou símbolos de estigma, tais como as grafias em brasa sobre a pele dos escravos, as cicatrizes nos pulsos de um suicida e as marcas de algemas ou da utilização de drogas, cuja existência atua no sentido de restringir as possibilidades de inserção e ascensão social. Essa é a visibilidade do estigma, visto como ferramenta comunicativa que porta o objetivo implícito de comunicar aquilo que o indivíduo possui, quem ele é, a que círculo pertence. As marcas do estigma se inscrevem literalmente nos corpos, embora algumas delas tais como impotência e esterilidade apenas se mostram visíveis nas relações mais íntimas.

Entretanto, para Goffman (1980), a constituição vertical de um fenômeno opressivo tal qual o estigma, como estando em contraposição à norma, não deve ser entendido a partir de

uma relação de antítese binária. O normal e o estigmatizado fazem parte de um complexo social, o que não significa que são complementares. São parte de um e outro concomitantemente, a fortaleza de um pode ser a fraqueza do outro e vice-versa, portanto, existem paralelos e similaridades em suas funções sociais e não nexos adjacentes, mesmo porque, na linha de análise interacionista, e isto é fundamental, o normal e o estigmatizado não são indivíduos propriamente ditos, e, sim, perspectivas, pontos de vista, interpretações, interações.

Por serem pontos de vista, a pessoa estigmatizada sob uma perspectiva evidencia, no entender de Goffman (1985), os mesmos preconceitos utilizados contra aqueles estigmatizados sob outros pontos de vista, sendo que tal processo, o da estigmatização, pode ser entendido como uma forma de controle social pela qual os grupos dominantes removem outros (negros, mulheres, pobres, crianças, deficientes etc.) dos espaços sociais competitivos.

Nesse contexto, faz todo sentido a afirmação de que o estigma deve ser visto como uma etimologia que faz referência a um atributo profundamente depreciativo da pessoa, contudo, o mesmo atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, na medida em que o estigma nada mais é do que um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo. O estigma, entendendo este como uma marca que denota inferioridade moral, torna as pessoas desacreditadas e desacreditáveis na constituição das interações sociais, portanto, interfere ativamente em sua constituição, aliás, mais do que isso, nega a humanização plena das pessoas a que são conferidos os rótulos depreciativos, posto que atravanque a possibilidade de apropriação do patrimônio histórico-cultural da humanidade. Sob tal lógica não é de se estranhar que os desviantes e estigmatizados são, na maioria das vezes, vistos como pouco humanos ou humanamente inacabados.

Corpos estigmatizados são espaços marcados pela pecha do desvio, da segregação, corpos calados, multilados, a quem são destinados papéis sociais secundários e subalternos. O fato de as pessoas estigmatizadas vivenciarem experiências semelhantes em função de suas marcas corporais faz Goffman (1992, p.41) cunhar para tal situação o conceito de carreira moral, no qual a pessoa estigmatizada “apreende e incorpora o ponto de vista dos normais, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade e uma ideia geral do que significa um estigma particular”.

Em algumas circunstâncias o estigma pode até ser incorporado e reconhecido pela sociedade da qual se faz parte, todavia, essa não é a situação usual ou costumeira, pois no mais das vezes é o estigmatizado que tem de abandonar certas características ou aportes para

efetivamente se inserir no seio da comunidade. O citado corpo de saberes foi apropriado à exaustão pelos textos que versam sobre Educação Especial, os quais viram no mesmo um dínamo que implodiria as bases anteriores do conceito de deficiência. Mas será mesmo que a grafia *estigma* porta tamanhos avanços? É tão revolucionária?

Para uma crítica do conceito

Indubitavelmente, o fascínio exercido pelo conceito de estigma na Educação Especial se encontra relacionado aos três grupos usuais de estigmatizados descritos por Goffman (1980) nas sociedades ocidentais, a saber: aqueles que possuem alguma espécie de deformidade física; que apresentam desvios mentais e de conduta; e os estigmatizados pela raça, religião e etnia. Destes, os dois primeiros possuem uma inequívoca relação com os conceitos de deficiência física e intelectual, fenômeno que, consubstancial ao ineditismo de algumas das análises de Goffman, inegavelmente tem provocado certo deslumbre na área.

De inspiração helênica, a citada etimologia, em sua origem gênica, se refere aos sinais corporais concebidos para expor algo incomum ou uma pecha deletéria sobre o *status* moral do significante. Tais sinais, em geral representados por cortes ou queimaduras sobre o corpo, anunciavam que seu portador era um escravo, criminoso ou traidor, uma pessoa marcada, manchada, ritualmente poluída e que deveria ser evitada em locais públicos.

Para Goffman (1980), o estigma denota um atributo profundamente depreciativo destacado sobre uma série de características tidas como desvios aos bons valores e padrões normativos. Trata-se de uma linguagem de relações entre atributo e estereótipo, cunhado ancestralmente e ainda utilizado modernamente em sentido semelhante ao original no que se refere ao denotar uma condição social de desgraça e descrédito. É uma marca de inferioridade social derivada de julgamentos mais ou menos consensuais por parte de uma coletividade ou grupo específico que objetiva reduzir a pessoa a seu suposto desvio. A diferença define a integralidade de seu ser, a qual passa a se orientar conforme as marcas sobre ela destacada, se amoldando ao rótulo sobre ela posto.

Ora, mas será que tais relações encontram materialidade no terreno da prática? Podemos transpor suas induções em direção à análise do processo de discriminação enfrentado pelas pessoas com deficiência? Academicamente, quem realiza uma contestação frontal a estes supostos é Finkelstein (1996), sociólogo e historiador londrino fundador dos Disability Studies, grupo que arvora uma distinção analítica ao explicar a deficiência como produto do sistema capitalista de produção e da opressão, que o mesmo deságua a qualquer

diferença que esteja em desconformidade com a busca frenética do lucro e da mais valia. O deficiente surge como o inverso do eficiente exatamente neste cabedal de relações. Mas, concentremo-nos aqui nos comentários de Finkelstein (1996) sobre os lineamentos de Goffman.

Primeiramente, o citado autor recrimina a ideia da funcionalidade do estigma como estando relacionada à atribuição negativa de certo *status* moral tal qual propôs Goffman (1980) em sua ossatura gnosiológica. Isto porque, na visão de Finkelstein (1996), a escravidão (que representa o grande centro, ao menos em termos numéricos, da composição das marcas de estigma) não era incomum na sociedade grega à época, pelo contrário, era quase regra para a grande maioria da população. Por conseguinte, a prática de marcar um escravo provavelmente tinha mais a ver com a função técnica de prevenir que estes pudessem fugir ou escapar de seu relacionamento opressivo do que propriamente com a exposição de um sinal deletério sobre um *status* moral significante.

A representação social subalterna já estava implícita no papel do ser escravo, impedidos de participar da vida pública, e não na marca que estes, porventura, portassem. Possivelmente devido ao fato de os escravos estarem constantemente se rebelando na tentativa de escapar das formas de opressão que lhes circunscreviam é que as classes dirigentes se viram obrigadas a estabelecer marcas sobre seus corpos, retrato de uma forma ideológica de repressão de tais fenômenos, além é claro de estabelecer certa economia disciplinadora das relações sociais. Na senda desta conjuntura, os opressores verão os escravos necessariamente com um *status* moral depauperado, logo, é extremamente superficial acreditar que o estigma fosse destinado ao fim propalado por Goffman (1980), cujo exercício intelectual parece não levar em conta a análise da sociedade como um todo e das relações materiais ali descritas.

Quando Goffman (1980) destaca como uma das funcionalidades do estigma o desejo em se evitar o contato com pessoas portadoras dessa mácula parece não levar em conta a própria estrutura econômico-produtiva da época. Não podemos esquecer que a posse de escravos foi, para as classes altas, uma realização altamente desejável, por isso, é um tanto enganoso analisar o estigma como uma indicação manifesta de pessoas que devem ser evitadas, ainda que restrinjamos nossas análises apenas aos espaços públicos. Mais coerente, sob nosso ponto de vista, é ver no estigma uma marca cujo objetivo reside na diferenciação de pessoas em dois grupos sociais distintos de cuja estratificação revela a imposição explícita de um *status* superior das classes abastadas em comparação com a representação social pejorativa destinada aos destituídos de posses.

Se tal hipótese está correta, a problemática do estigma condensa fundamentalmente uma questão de opressão, e só secundariamente pode materializar um interstício relacional que impede ou busca atravancar a constituição de relações dialógicas face a face. Mesmo porque historicamente os senhores de escravos não os evitaram, inclusive, utilizando-os para a satisfação de suas necessidades pessoais mais íntimas, tais como a prática do ato sexual. Estes exemplos abundam na literatura nacional e internacional, da qual Casa Grande & Senzala (FREYRE, 1933) é apenas o arquétipo mais marcante. Por fim, e este talvez seja o aspecto mais importante no que direciona a transposição das análises para as pessoas com deficiência, consideramos uma distorção cognoscitiva perceber a pessoa forçada a portar determinada marca como significante de um estado moral marcado e diminuído. Isso é inverter as relações sociais reais pelo qual aquele que atribui o estigma é o significante e aquele que está acorrentado e forçado a ter visões do opressor de si próprio é o portador. Narrar que o portador do sofrimento é o significante de atributos que lhes são atribuídos significa, entre outros termos, assumir a perspectiva do opressor na relação entre senhor e escravo.

Muito por causa destes elementos, Finkelstein (1996) considera que a análise de Goffman (1980) não investiga as minúcias por trás da terminologia *estigma*, e, sim, neutraliza seu papel, obscurecendo a função social do mesmo como um dispositivo utilizado para separar as pessoas em uma classe determinada. Esta é sua principal lacuna sociológica, materializada na atribuição de um comportamento passivo aos que são marcados pela pecha do desvio, condição que não encontra eco na prática. A relação entre aquele que estigmatiza e o estigmatizado nunca é passiva, embora as forças postas em jogo possam impedir que um dos lados almeje a contestação radical da situação. Impossibilidade é diferente de passividade, lineamento anuviado na interpretação clássica do estigma. Um exemplo cristalino da passividade que Goffman (1980) atribui ao estigmatizado se encontra já nas primeiras palavras de sua obra, quando o mesmo traz uma carta de West, jovem de 16 anos, a qual, se valendo quase de um retrato autobiográfico, ressalta:

quando eu era criança não era tão ruim porque cheguei a me acostumar com as caçadas que os meninos do meu quarteirão faziam de mim, mas agora eu gostaria de ter namorados, como as outras meninas, e sair nas noites de sábado, mas nenhum rapaz sairá, já que nasci sem nariz - embora eu dance bem, sou bem feita de corpo e meu pai sempre me compre lindas roupas. Passo o dia inteiro sentada, me olhando, chorando. Tenho uma grande cavidade no meio do meu rosto que amedronta as pessoas, e a mim mesma, e não posso, portanto não posso culpar os rapazes que não querem sair comigo. Minha mãe me ama muito, mas chora quando olha para mim. Que

fiz eu para merecer um destino tão terrível? Devo me suicidar? Sinceramente desesperada (GOFFMAN, 1980, p.4).

A deficiência física na assertiva acima é vista como tragédia pessoal, testemunhando uma passividade aflorada pelo próprio sujeito. Como derivativo deste processo, no entender de Pfeiffer (2002), Goffman toma como pressuposto fundante a ideia de que os preconceitos impressos sobre as pessoas estigmatizadas são resultados de um processo social inevitável, logo, nada de radical resta a ser feito a não ser a transformação das interações face a face mediante a configuração de uma nova gramática de relações sociais.

Na senda destes encadeamentos, os pioneiros londrinos dos estudos sobre a deficiência têm “preferido reinterpretar suas experiências coletivas segundo os conceitos de discriminação e opressão, mais que os interpessoais de estigma e estigmatizados” (OLIVER, 1990, p. 68), fundamentalmente porque no seio deste novo corpo teórico se refuta radicalmente qualquer suposta passividade na condição da deficiência e na apropriação dos rótulos e estigmas sobre ela impostos, na medida em que consideram tal lógica deletéria e profundamente prejudicial à organização política das pessoas com deficiência na luta por seus direitos. A suposta passividade, tão aclamada pelas teorias ancoradas no saber médico, merece um questionamento mais acurado.

Será mesmo que as pessoas aceitam os rótulos sem contestações radicais? Não lutam contra eles? Estes são os grandes questionamentos de Oliver (1994), pois o mesmo acredita que Goffman, ao focar o cotidiano e as interações face a face, obnubila a estrutura e o processo de criação do fenômeno social, ou seja, não relaciona todo e partes, acabando por particularizar o particular no exato momento em que o indivíduo aparece como o único portador de valor.

Em Goffman (1980, 1992), a estrutura social e os fenômenos por ela gestados parecem adquirir elementos de uma metafísica transcendental não carente de explicação, por isso, não é de se estranhar que seu conceito mais marcante, o estigma, esteja baseado mais nas percepções dos opressores que dos oprimidos. Existe uma clara tendência, assim como em quase toda literatura interacionista, a não levar em conta a profundidade dos conflitos sociais e da aceitação da desigualdade como algo inevitável devido às relações de verticalização na definição simbólica de cada papel social. A marca da passividade e do consensual encontra sua expressão mais bem acabada no desenvolvimento da ideia de instituições totais.

O conceito de instituições totais cunhado por Goffman advém de sua pesquisa realizada na cidade de Washington entre os anos de 1955 e 1956, no qual o mesmo investigou os costumes, hábitos, valores e normas de aproximadamente 700 internos, em sua grande

maioria, definidos como doentes mentais. Ao analisar o regime de vida desses internos e destacar como os mesmos estavam acorrentados à instituição da qual faziam parte, Goffman (1992, p.11) cunha o conceito de instituições totais, entendendo esta como um “local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.

Grosso modo, instituição total pode ser definida como aquela que almeja controlar a totalidade dos aspectos da vida das pessoas a ela submetidas mediante a substituição de todas as possibilidades de interação social por alternativas internas. Claro está que todas as instituições possuem certa tendência ao encerramento social e a propagação de seus valores, ao menos em seu espaço interno, todavia, algumas instituições são mais fechadas que outras, sendo que seu caráter total é simbolizado pela barreira que a mesma emprega à relação social com o mundo externo e pelas proibições às saídas desse esquema físico, em geral materializadas pela utilização de portas trancafiadas, grandes muros com arames ao redor, fosso, florestas etc.

No entender de Goffman (1992), podemos dividir as instituições totais ou fechadas em cinco grupos, quais sejam:

Em primeiro lugar, instituições criadas para cuidar das pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. Em segundo lugar, há locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários. Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. Em quarto lugar, há instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias dos empregados). Finalmente, há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos; entre exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros (GOFFMAN, 1992, p.16-17).

Nas instituições totais todas as atividades são realizadas em um único local e com as mesmas coordenadas, independentemente das particularidades apresentadas por cada pessoa, pois o objetivo explícito está em manter a ordem social mediante horários rígidos e a

realização das mesmas atividades diárias. Em tudo se busca uma uniformidade, seja nas roupas que vestem, nos quartos que ocupam ou na alimentação, com o intuito de retirar qualquer possibilidade de condução das próprias vidas pelos internos. O sistema é o autor, aquele que decide os destinos do ir e vir, cabendo aos sujeitos apenas o amoldar passivo a esta estrutura.

Contudo, acreditamos que, mesmo nessas instituições, não podemos falar de uma passividade latente por parte dos submetidos ao cárcere. Existe todo um complexo de relações que precisa ser escrutinado.

Peguemos como exemplo os campos de concentração nazistas, as mais totais das instituições totais, para nos valer de uma expressão de Sartre (1978). Nele, os ritos de extinção se constituíam basicamente do caminhar em direção à câmara de gás, claustro de despedida da vida e anúncio da morte. Aparentemente, todo o processo se constituía de maneira ordeira, filas marcavam a espacialidade pela qual os judeus caminhavam lentamente rumo ao crepúsculo de suas individualidades. Revoltas, corpos em polvorosa? Não, passividade, calma quase absoluta. Mas será mesmo que tais características descrevem a totalidade do fato ocorrido? Certamente não.

Inegavelmente existe uma gama de variáveis que deve ser utilizada para explicar o surgimento das instituições totais como os campos de concentração e o comportamento expresso pelos internos em seu interior. Primeiramente, a criação de tais instituições não deve ser vista com o objetivo único e exclusivamente de silenciar subjetividades e segregar tudo aquilo que pudesse estar em desacordo com a sociedade como sugere Goffman (1992). Continuando no exemplo dos campos de concentração, percebemos que sua gênese se dá em um contexto histórico, cultural, político e econômico extremamente singular, o qual permitiu a expansão de uma ideologia narcisista, o nazismo, guiada pelos princípios do genocídio e da eliminação do outro, sendo que apenas quando levamos em consideração tal universo constitutivo podemos de fato inferir explicações sobre o fenômeno, ou seja, quando as partes conversam com o todo.

As relações sociais desenvolvidas no interior dessas instituições também são profundamente históricas e preñhes em contradições das mais diversas espécies na construção de socialidades e subjetividades intrínsecas a esse ambiente de controle permanente. Valendo-nos da obra já clássica de Levi (1988), que comporta uma narrativa literária autobiográfica sobre os campos de concentração nazistas, ou literatura de testemunho de acordo com Braudel

(1989), percebemos como a referida passividade dos internos, nesse caso, os judeus, não subsiste a uma análise mais aprofundada.

Ao descrever o processo pelo qual os internos deveriam se abster dos padrões de conduta e das regras de socialidade anteriores para se apropriar dos novos códigos morais e da ética do campo de concentração, do *hábitus* do campo, Levi (1988) destaca que

A capacidade humana de cavar-se uma toca, de criar uma casca, de erguer ao redor de si uma tênue barreira defensiva, ainda que em circunstâncias aparentemente desesperadas, é espantosa e mereceria um estudo profundo. Trata-se de um precioso trabalho de adaptação, parte passivo e inconsciente, parte ativo: cravar um prego no beliche para pendurar os sapatos, à noite; ajustar tácitos acordos de não agressão com os vizinhos; intuir e aceitar os hábitos e leis peculiares do Kommando e do Bloco. Graças a esse trabalho, depois de umas semanas consegue-se alcançar certo grau de segurança frente aos imprevistos; o ninho está feito, o trauma da mudança foi superado (LEVI, 1988, p.56).

Dessa forma, percebemos que a dita passividade não se configura como um elemento de conformismo mas, sim, como a única ferramenta de que dispunham os internos para continuarem vivos. Singulares se mostram as palavras de Levi (1988) ao comentar sobre a tortuosa inculcação do processo de substituição da personalidade do nome por um gélido número quando da entrada nos campos de concentração, pois,

Ao que parece, esta é a verdadeira iniciação: só “mostrando o número” recebe-se o pão e a sopa. Necessitamos de vários dias e de muitos socos e bofetadas, até criarmos o hábito de mostrar prontamente o número, de modo a não atrapalhar as cotidianas operações de distribuição de víveres; necessitamos de semanas e meses para acostumarmo-nos ao som do número em alemão. E durante muitos dias, quando o hábito da vida em liberdade me levava a olhar a hora no relógio, no pulso aparecia-me, ironicamente, meu novo nome, esse número tatuado em marcas azuladas sob a pele (LEVI, 1988, p.26).

O suposto demérito contido no sentimento e comportamento de passividade representava, na verdade, a única força possível atuante naquele contexto profundamente opressivo. Aqui, não há como esquecer Marx (2003) e sua ideia de que os homens fazem a história, mas não como querem, mas a partir das condições que lhes são postas. E para fazer história é preciso primeiramente estar vivo. Logo, é a partir das situações que lhes são postas que os internos idealizaram projetivamente sua própria história, por isso, é equivocado, senão cruel, construir uma arquitetura intelectual que afirme a inércia dos mesmos perante a situação que lhes afrontava. Nos campos de concentração, as possibilidades de adaptar o local aos seus objetivos são praticamente nulas devido às regras do local, o qual produz e reproduz

incessantemente sua própria ordem, por isso, a imperiosidade em se adaptar a ele, uma vez que restam poucos espaços para sua auto dissolução.

Mais do que nunca é preciso considerar o jogo de forças contido no contexto e de quais armas cada grupo dispõe para a efetiva luta. Na inferioridade explícita desta, muitas vezes, o aparente silêncio e aceitação são as únicas ferramentas de luta que restam, como bem pontua Fanon (1967) ao comentar sobre o processo de escravidão do negro pelo europeu, via da regra, subjugado a esta mesma forma lógica formal. Por se tratar de um produto profundamente humano tal relação não pode ser explicada sob os auspícios da lógica formal como faz Goffman, mas, sim, mediante a apropriação da lógica dialética, espaço em que o silêncio é uma voz, fala, grita, assim, a passividade pode conter implicitamente o sentimento mais humano da luta, aquela dada pela manutenção da existência.

Em que pese seus limites, alguns apontados aqui, a apropriação da obra de Goffman se mostra como das tarefas fundamentais para um repensar quanto à categoria deficiência sobre outras bases. Não pode ser beatificada, tampouco desvalorizada. Assim, embora a análise de Goffman no que se refere ao Estigma esteja calcada em um atributo altamente individualista do sujeito, descurando dos processos de explicação mais global do social, esta é uma das marcas da própria literatura interacionista, corrente epistemológica a qual Goffman se liga e que jamais teve como objetivo central edificar um projeto que seja de fato operatório no que se refere à transformação da sociedade e superação do atual estado de coisas. Este não é um limite de Goffman, mas, sim, uma característica do local teórico pelo qual traça seus dizeres, saberes que devem ser apropriados e iluminados com outras lentes como ferramenta dialética de superação por incorporação. Ora, muitos dos conceitos de Goffman foram fundamentais a um repensar do próprio campo de estudos sobre a deficiência e deixá-los de lado seria como que jogar a água da bacia com o bebê ao ralo.

Assim, não podemos nos esquecer de que vários de seus conceitos guardam aplicabilidade nas análises sociais contemporâneas e foram fundamentais para dinamitar práticas e preceitos supostamente consolidados. Martins (2011) e Gastaldo (2008) destacam que a perspectiva erigida por Goffman ao analisar o processo interacional fundado em relações face a face fornece valiosas fontes de inspiração para abordar temas extremamente atuais, tais como a questão da performance pessoal, a temática do reconhecimento, a construção de identidades e a emergência de um novo individualismo. Seguindo o citado escopo, Frehse (2008) relata inúmeras contribuições que Goffman pode fornecer à sociologia do espaço, entendendo este como o ambiente social no qual a vida se dá. Já Nunes (2009)

afirma que as contribuições de Goffman quanto ao escrutínio e conceituação das instituições totais a partir dos hospitais psiquiátricos, assim como a noção de estigma e o conceito de carreira moral se mostraram como elementos fundamentais para a criação e consolidação em terras tupiniquins de uma Sociologia da Saúde. Aliás, de acordo com a referida autora o conceito de instituições totais comporta múltiplas relações com diversas espacialidades contemporâneas que merecem atenção mais acurada.

A julgar pela existência do sistema prisional, hospitais psiquiátricos, internatos escolares, escolas especiais, asilos para idosos, orfanatos para crianças, quartéis militares e seminários religiosos, notamos claramente que as instituições totais não são fenômenos tão excepcionais na sociedade moderna, muito pelo contrário, pois continuam a marcar efetivamente nossa época. É a partir deste complexo que Goffman nos permite visualizar aquilo que ele definiu como tiranização do interno e a sobreposição do saber médico sobre outros conhecimentos, processo fundamental para repensarmos a deficiência sobre bases distintas das hegemonicamente aceitas.

A partir deste complexo, Goffman (1992) implode o raciocínio tradicional sobre tais instituições como humanizadoras e a preponderância do saber médico sobre outros saberes. Intersticialmente, em seus escritos, percebemos como o papel e o lugar do doente são construídos e organizados em torno de uma lógica que beneficia a própria ordem institucional no afã de justificar a dominação de um grupo sobre outro. A denúncia desta situação presta um público contributo na luta contra os contextos opressivos e contra a despersonalização enfrentada pelas pessoas com deficiência, rebatendo, assim, a visão sumamente unilateral de que as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência eram frutos única e exclusivamente de sua própria deficiência.

O corpo de significados erigido pela literatura interacionista e traçado, por ora, pelos textos Goffman também podem nos fornecer, ao menos em aportes projetivos, subsídios para compreender a deficiência como forma de restrição/opressão social. O argumento crucial neste solo histórico é o de que

Todas as pessoas com deficiência experimentam múltiplas maneiras de restrições sociais, seja devido à inacessibilidade de alguns ambientes ou de noções questionáveis de inteligência e competência social, da inabilidade de a população em geral se comunicar mediante uma linguagem gestual ou pelo uso do Braille, ou ainda pelas atitudes de descrédito e preconceito desferidas contra as pessoas com deficiência (OLIVER, 1996, p.44).

Destarte, se mostra imperioso implodirmos o compósito que descreve a deficiência como um problema trágico e de ocorrência isolada para os quais a única resposta apropriada seria o tratamento médico e apontarmos uma nova concepção que descreve a deficiência como uma situação de discriminação institucional coletiva para a qual a única resposta apropriada é a ação política, pois dessa forma, inverter-se-ão radicalmente os vetores que perfilhava seu entendimento na sociedade (OLIVER, 1990).

Não estamos a negar o caráter biológico e objetivo da lesão que acomete uma extensa parcela das pessoas com deficiência, tampouco minimizando as dificuldades que tais lesões geram na vida dessas pessoas. Seríamos ingênuos se assim o procedêssemos. Entretanto, o intuito aqui está em destacar que não nos interessa a qualidade, tipo e extensão da lesão. Não é isso que nos preocupa, mas, sim, a opressão materializada sobre a condição da lesão que delimita a deficiência. Isto posto, como aponta Oliver (1990), qualquer que seja a natureza ou causa da deficiência, os problemas principais enfrentados pelas pessoas deficientes residem da desativação do ambiente e das múltiplas barreiras insensíveis à diferença, a saber: barreiras atitudinais (relacionadas à atitude das pessoas consideradas normais em relação aos deficientes, tais como o sentimento de caridade, dó, afastamento etc.); barreiras econômicas (a pobreza, a discriminação no mercado de trabalho, a impossibilidade de autossustento, dentre outros); barreiras físicas (por exemplo, falta de transportes, prédios, cinemas e praças esportivas acessíveis, escolas adequadas); barreiras políticas (falta de uma legislação específica que combata a discriminação e que institua direitos inalienáveis como trabalho, lazer, educação, saúde, habitação).

Esta é nossa aposta, abrolhada como antevisão ao investigarmos a literatura interacionista e cujo vetor teleológico destaca nos estertores deste artigo a necessidade urgente de passarmos a investigar a deficiência para além dos lineamentos médicos e biológicos. É preciso perquirir a deficiência como uma questão de direitos em um movimento semelhante ao organizado por outras minorias sociais, transformá-la, enfim, em um campo de luta política objetivando o acesso universal de todas as pessoas às produções gestadas pelo gênero humano. Mas isto é desafio para outro artigo.

Referências

BECKER, H.S., 1963. **Outsiders**: Studies in the Sociology of Deviance Free Press, New York.

- BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. 3.ed. Lisboa: Teorema, 1989.
- FANON, F. **Black skin white masks**. New York: Grove Press, c1967.
- FINKELSTEIN, V. **The disability movement has run out of steam**. Disability Now, rights. February 1996
- FREHSE, F. Erving Goffman, sociólogo do espaço. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 68, Oct. 2008 . Acessado em 10 de junho de 2012.
- FREYRE, G. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Schimidt, 1933.
- GASTALDO, É. Goffman e as relações de poder na vida cotidiana. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 68, Oct. 2008. Acessado em 10/10/2011.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- GOFFMAN: E. A representação do eu na vida cotidiana. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- LEVI, P. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- LIMA, R, C, P. Sociologia do desvio e interacionismo. **Tempo soc.** [online]. 2001, v.13, n.1 p. 185-201. Acessado em 17/08/2011.
- MARTINS, C, B. A contemporaneidade de Erving Goffman no contexto das ciências sociais. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 26, n. 77, Oct. 2011 Acessado em 10 de junho de 2012.
- MARX, K. **O dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. Silvio Donizete Chagas (Trad.) 3.ed. São Paulo: Centauro, 2003.
- NUNES, E, D. Goffman: contribuições para a Sociologia da Saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2009. Acessado em 08/07/2011.
- OLIVER, M. **The Politics of Disablement**. Basingstoke: Macmillan, 1990.
- OLIVER, M. **Capitalism, Disability and Ideology**: A Materialist Critique of the Normalization Principle.1994. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/disabilitystudies/archiveuk/Oliver/cap%20dis%20ideol.pdf>
- OLIVER, M. **Understanding disability**: from theory to practice. Basingstoke: Macmillan; 1996.
- PFEIFFER, D. The philosophical foundations of disability studies. **Disability Studies Quarterly**, v.22, nº2, p. 3-23, 2002.

SARTRE, J. P. **Reflexões sobre o racismo**. J.Guinsburg (Trad.). 6.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

VELHO, G. Goffman, mal-entendidos e riscos interacionais. **Rev. bras. Ci. Soc.**, Out 2008, v.23, n.68, p.145-147. Acessado em 20/08/2011.